

PROGRAMA DE PESQUISA E EXTENSÃO EM “NEGÓCIOS,
ADMINISTRAÇÃO E DIREITO”

PROGRAMA DE PESQUISA E EXTENSÃO EM
“SUSTENTABILIDADE E AMBIENTALIZAÇÃO UNIFEFE”

PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO AMBIENTE

Coordenadores

Prof^a Ma. Anna Lucia Martins Mattoso

Técnico-administrativos responsáveis

Prof.^a Ma. Luana Franciele Fernandes Alves

Prof.^a Dra. Rafaela Bohaczuk Venturelli Knop

Período

17 a 27 de maio de 2021

Áreas temáticas

Meio ambiente

Objetivo

Debates com Promotor de Justiça da área ambiental, Polícia Militar Ambiental, Observatório Social de Brusque com acadêmicos para elaborar uma cartilha educativa.

Cursos, Disciplinas e Professores

Direito

Ciência Política e Teoria Geral do Estado - Prof. Esp. Moacir Gomes Ribeiro

Direito Penal: Parte Geral I - Prof.^a Ma. Ana Selma Moreira e Prof. Esp. Juscelino Carlos Boos

Introdução ao Estudo do Direito - Prof.^a Ma. Samantha Stacciarini

Teoria Geral do Processo - Prof. Esp. Aloir José Konopka

Psicologia Jurídica - Prof^a Dra. Andreia Martins

Comunicação e Linguagem - Prof^a. Ma. Suy Mey Moresco, Prof^a. Ma. Fabiana Boos Vasquez, Prof^a Ma. Rosana Paza, Prof. Dr. Joel Haroldo Baade, Prof. Dr. Thiago dos Santos

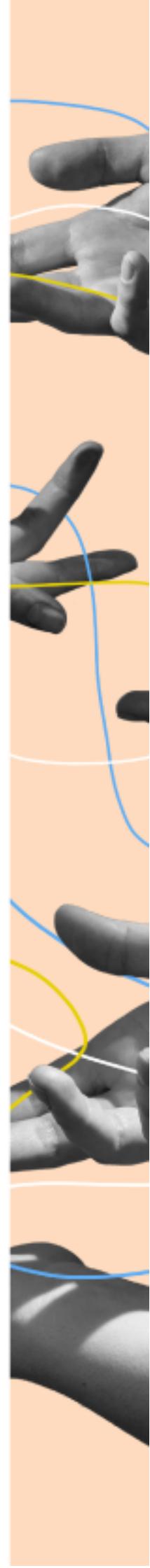
Direito Constitucional II - Prof^a Dra. Carla Piffer

Direito Processual Civil II: Processo de Conhecimento - Prof. Esp. Paulo Roberto Eccel

Pensamento Filosófico e Sociológico - Prof. Me. Claudemir Aparecido Lopes

Direito do Consumidor - Prof.^a Ma. Schirleni Ristow

Criminologia (Optativa) - Prof.^a Esp. Fernando de Faveri



PROTEÇÃO JURÍDICA AO MEIO AMBIENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Moacir Gomes Ribeiro; Ana Selma Moreira; Juscelino Carlos Boos; Samantha Stacciarini; Aloir José Konopka; Andreia Martins; Suy Mey Moresco; Fabiana Boos Vasquez; Rosana Paza; Joel Haroldo Baade; Thiago dos Santos; Carla Piffer; Paulo Roberto Eccel; Claudemir Aparecido Lopes; Schirleni Ristow; Fernando de Faveri

RESUMO: o objetivo desse relato de experiência é descrever as atividades de curricularização da extensão do curso de Direito do Centro Universitário de Brusque no primeiro semestre de 2021. O projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Direito faz parte da Jornada de Curricularização da Extensão da UNIFEBE, com base na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação. Desse modo, o curso de Direito produziu uma cartilha com temas que envolveram as consequências jurídicas da violação ao meio ambiente e sustentabilidade, que além de demonstrar ações para inibir a agressão ao meio ambiente, esclareceu ações que o cidadão pode fazer para ajudar na proteção ambiental e na sustentabilidade de sua região.

Palavras-chave: sustentabilidade; curricularização da extensão; direito.

1 INTRODUÇÃO

O projeto de extensão desenvolvido pelo curso de Direito faz parte da Jornada de Curricularização da Extensão da UNIFEBE. Constituído por meio da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Superior, o documento estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024.

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 em seu Art. 3º define que

a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Proteção Jurídica Ao Meio Ambiente: Um Relato De
Proteção Jurídica Ao Meio Ambiente: Um Relato De Experiência

Proteção Jurídica Ao Meio Ambiente: Um Relato De Experiência

De acordo com esse documento, a Extensão deve se integrar à matriz curricular dos cursos e promover a interação entre as instituições de ensino e a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, cultura e diálogo.

Nesse sentido, o curso de Direito produziu uma Cartilha com temas que envolveram as consequências jurídicas da violação ao meio ambiente e sustentabilidade, que além de demonstrar ações para inibir a agressão ao meio ambiente, esclareceu ações que o cidadão pode fazer para ajudar na proteção ambiental e na sustentabilidade de sua região. A Cartilha teve o intuito informativo e educacional em formato *on-line*, que pode ser acessado em qualquer lugar pelo aplicativo QR Code, que ficará na *home page* da UNIFEFE. A atividade é integrada a pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, que promove a interação entre a instituição e as ações da Polícia Militar, Observatório Social e o Ministério Público.

Diante do exposto, o objetivo desse relato de experiência, foi descrever as atividades de curricularização da extensão do curso de Direito do Centro Universitário de Brusque, no primeiro semestre de 2021.

2 METODOLOGIA

Na Semana do dia 10 a dia 14 de maio foram formados os grupos e dividida a pesquisa em cada turma envolvida, para iniciarem a Pesquisa. O resultado escrito da pesquisa foi apresentado na semana de 17 a 21 de maio. Os temas foram divididos por disciplinas:

- Direito Penal – Parte Geral I: importância da preservação da fauna e os Crimes da Lei ambiental;
- Ciência Política e Teoria Geral do Estado: o papel constitucional da Polícia Militar de Proteção Ambiental;
- Teoria Geral do Processo: tipos de ações (judiciais) para a proteção ambiental;
- Introdução ao Estudo do Direito: sustentabilidade, ética e justiça;
- Psicologia jurídica: educação ambiental;
- Processo Civil II: análise de jurisprudência em ações ambientais;

Proteção Jurídica Ao Meio Ambiente: Um Relato De Experiência

- Direito Constitucional II: meio ambiente e os direitos fundamentais;
- Direito do Consumidor: consumo sustentável;
- Criminologia: sistema prisional e alimentação orgânica cultivada pelos próprios presos;
- Pensamentos Sociológicos e Filosóficos: cultura regional e a proteção ambiental.

Esse conteúdo foi organizado, conforme o Manual Metodológico da UNIFEBE e inserido em uma Cartilha formato QR Code que está disponível na página do Curso de Direito no *link* extensão do Curso e apresentado para a Comunidade e o Colégio Universitário. Compreender as Ações da Polícia Militar, Oficial Róbson Dias Savitraz, do Ministério Público Estadual, Promotor André Braga de Araújo da 6ª Promotoria de Justiça de Brusque, que fiscaliza o cumprimento da legislação ambiental, bem como, orientações de advogado especialista egresso do Curso de Direito UNIFEBE, Dr. Rafael Fischer Silveira de Souza, sobre educação ambiental e sustentabilidade.

Na Tabela 1, foram descritos o plano de trabalho realizado pelos acadêmicos.

Tabela 1 - Plano de trabalho dos acadêmicos de Direito

DATA	ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA PERÍODO + ATIVIDADE EXTRACLASSE
1º DIA - 17/05	Palestra institucional – educação ambiental	3,2 + 0,8
2º DIA - 18/05	Troca de conhecimento – aula prática – do papel constitucional da polícia militar (Instituição Parceira) de Proteção Ambiental e a Proteção Legal Ambiental com a 1ª Fase A – Demais turmas pesquisando sobre proteção ambiental.	3,2 + 0,8
3º DIA - 19/05	Pesquisa e produção da cartilha em QR Code de educação ambiental e sustentabilidade.	3,2 + 0,8
4º DIA - 20/05	Troca de conhecimento – aula prática – o papel constitucional da Polícia Militar (Instituição Parceira) de Proteção Ambiental e a Proteção Legal Ambiental com a 1ª fase B – demais turmas pesquisando sobre sustentabilidade.	3,2 + 0,8
5º DIA - 21/05	Pesquisa e produção da cartilha em QR Code de educação ambiental e sustentabilidade.	3,2 + 0,8
6ª DIA – 24/05	Pesquisa sobre o papel do Ministério Público na proteção do meio ambiente e suas ações na educação ambiental e sustentabilidade.	3,2 + 0,8
7º DIA - 25/05	Troca de conhecimento – aula prática - ministério público (Instituição Parceira) e as ações de sua	3,2 + 0,8

	competência para proteção ao meio ambiente com o observatório social debatendo licitação e sustentabilidade.	
8º DIA - 26/05	Finalização da cartilha e revisão.	3,2 + 0,8
9º DIA - 27/05	Apresentação final das cartilhas no Colégio Universitário .	3,2 + 0,8
TOTAL		36

Fonte: os autores (2021).

Como demonstrado na Tabela 1, verificou-se que o projeto foi desenvolvido durante a carga horária de 36 horas, contando com a participação ativa dos acadêmicos e professores.

3 RESULTADOS

Os resultados foram descritos de acordo com o objetivo do projeto.

3.1 NÚMERO DO PROJETO

Para a realização do projeto, foram envolvidos docentes, acadêmicos dos cursos e técnicos-administrativos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Números do projeto

Público atendido	60
Docentes	15
Acadêmicos	80
Cursos	1
Disciplinas	10
Pessoal técnico-administrativo	2

Fonte: os autores (2021).

A Tabela 2 demonstrou que o projeto teve significativa participação dos acadêmicos e professores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A curricularização da extensão busca estimular a formação cidadã dos estudantes de modo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, articulando ensino, extensão e pesquisa. O intuito é promover intervenções, por meio de projetos, programas, cursos e oficinas, eventos e

prestação de serviços, que envolvam diretamente o estudante com a comunidade externa, conforme o Art. 8º da Resolução nº 7. Essas ações precisam estar vinculadas à formação do aluno e devem viabilizar um diálogo construtivo e transformador entre a universidade e a sociedade. As atividades extensionistas devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular da graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, de acordo com a meta 12.7 Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Dessa forma, a educação ambiental e sustentabilidade, foram temas discutidos de forma transversal na Instituição e na sociedade estão além do amparo legal, surgindo como uma necessidade de conscientização das crianças, jovens e adultos que vivem no mesmo. A Cartilha elaborada pelos acadêmicos das primeiras e terceiras fases do curso de Direito, especifica pontos fundamentais para a conscientização dos jovens de ensino Médio e de toda sociedade, que poderá ser acessado por meio de um QR Code. Com esse material, buscou-se debater a educação ambiental, as consequências jurídicas civis e penais, divulgando um material conscientizador e informativo que é essencial para uma sociedade saudável, desenvolvida e próspera.

Ter um meio ambiente saudável e somar esforços para educação ambiental e sustentabilidade, são metas a serem atingidas através de debates, destacando as ações da Polícia Militar, do Observatório Social e do Ministério Público. A cartilha destaca pontos importantes da preservação do meio ambiente e as consequências jurídicas para quem degrada o mesmo, pois diversas gerações da população serão prejudicadas.

Dessa forma, a temática do projeto foi ao encontro do item II do Art. 5º da mesma Resolução, que determina a interdisciplinaridade e o contexto social da extensão universitária “a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular” (BRASIL, 2018, p. 1). Os temas trabalhados na extensão universitária se relacionaram com todos os setores, de forma transversal, permeando todo o processo para fundamentar o conhecimento, promovendo uma formação além de técnica e científica, também humanística.

4.1 RELATOS DOS PARTICIPANTES

Relato dos participantes (com as iniciais do nome e curso)

Relatos dos participantes envolvidos
“Acredito que o legado desse projeto é a compreensão da relevância da temática. Afinal, o equilíbrio ambiental é essencial para que tenhamos vida no planeta terra e todos temos esse compromisso em manter esse equilíbrio”, RFSS, especialista em Direito Ambiental
“É uma alegria poder ir além dos muros da universidade e fazer chegar à comunidade o que produzimos. Lançamos uma semente para o mundo que queremos: um mundo sustentável e justo a todos”, LC, acadêmica de Direito
“Além do conhecimento, a cartilha auxiliará a comunidade, divulgando a proteção jurídica ambiental e uma educação sustentável para a qualidade de vida das futuras gerações”, ALMM, coordenadora do curso de Direito

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN7_2018.pdf. Acesso em: 23 out. 2020.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 4. São Paulo: Saraiva, 2017.

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. **Direito e legislação ambiental**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

KOHN, Ricardo. **Ambiente e sustentabilidade: metodologias para gestão**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REICHARDT, Klaus. **Água e sustentabilidade no sistema solo-planta-atmosfera**. São Paulo: Manole, 2016.

STEIN, Ronei Tiago. **Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.